

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA - RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Pregão Eletrônico Nº 030/2023
Processo Nº 8.331/2023

BIG COMPANY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, sito a Rua Floresta Azul, 384, Jd. Danfer, inscrita no CNPJ 11.407.946/0001-93, na pessoa de seu representante legal, Sra. JÉSSICA RAMOS SALES DE MELLO, CPF: 327.535.228-80, RG/RNE: 449277252, vem por meio desta apresentar
RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face de IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA, CNPJ 05.583.680/0001-37 sito a Rua Quinze de Novembro, 2668, loja, Jd dos Estados, Campo Grande - MS, CEP 79020-300, conforme fatos e razões de recursos a seguir.

1. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME E EPP

A Recorrente é empresa Enquadrada no Simples Nacional, e, conforme preceitua o item "6.2.4.", "Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006" A Recorrida não é optante pelo Simples Nacional.

Se provará, ao decorrer da presente peça, que a Recorrida se beneficiou de uso de software para automatização de lances no presente pregão.

Por si só, presume-se que a recorrente não goza de recursos tais como a Recorrida ostenta, ao ter acesso destes softwares "robôs".

Tais softwares vendidos no "mercado" são investimentos altíssimos, que não estão ao alcance da Recorrente, motivo pelo qual, o fato da Recorrida utilizar tais dispositivos, além de ofender diretamente a Isonomia que deve prevalecer no Certame, ofende o tratamento diferenciado que a Recorrente deveria ter.

2. DA NÃO ATUALIZAÇÃO DOS DADOS NA SICAF e CERTIDÕES NEGATIVAS

Conforme se observa no item "6.1.5." a Recorrida deve manter atualizados seus dados cadastrais junto ao SICAF, e, tão logo "se tornem desatualizados", deve "IMEDIATAMENTE" fazer sua atualização, sob pena de poder ser desclassificada no ato da habilitação.

Ocorre que o prazo para apresentação dos documentos para habilitação cessou em 06/02/2024 e a Recorrida apresentou o SICAF com duas certidões negativas expiradas:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 30/06/2024

FGTS Validade: 29/01/2024 - (VENCIDA)

Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 30/06/2024

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 17/02/2024

Receita Municipal Validade: 25/01/2024 - (VENCIDA)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

O que chama a atenção é que, além do SICAF desatualizado da CEF, a Recorrida juntou o CRF do FGTS, novamente, desatualizado:

Certificado de Regularidade do FGTS -

CRF

Inscrição:

Razão Social:

Endereço:

05.583.680/0001-37

IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA

R QUINZE DE NOVEMBRO 2668 LOJA / JARDIM DOS ESTADOS / CAMPO GRANDE / MS /
79020-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 31/12/2023 a 29/01/2024 - (VENCIDA)

A divergência se repetiu ao juntar a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS (CNDG), com validade expirada:

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS - CNDG

Nº 356590/23-68

DADOS DO CONTRIBUINTE:

Nome/Razão Social:

CPF/CNPJ:

IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA

05.583.680/0001-37

Em cumprimento à solicitação, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, após a emissão desta, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados e comprovados.

CERTIFICAMOS para fins de direito, que está Certidão refere-se a débitos Tributários e não Tributários restritos ao Cadastro Fiscal Imobiliário e Mobiliário do CPF ou CNPJ do Contribuinte acima identificado.

CONSTATAMOS A NÃO EXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL até a presente data.

A presente certidão foi emitida através de pesquisa realizada de acordo com as informações prestadas pelo solicitante e tem a sua eficácia até a data de validade, desde que sem rasuras.

Validade até: 25 de janeiro de 2024

Ora, qualquer empresa estando regular com suas Certidões, a emissão é realizada no mesmo momento do requerimento.

A Recorrida, ciente do prazo expirado de ambas as Certidões, não atualizou as Certidões, deixando de atender um ponto fundamental para ser habilitada no Certame.

3. DO USO DO ROBÔ

Não há dúvidas que o processo licitatório deve obedecer aos princípios expressamente declarados no art. 3º da Lei de Licitações 8.666/93, em especial, e fundamental para o assunto ora abordado, o princípio da isonomia, "trivialmente" conhecido como princípio da igualdade.

Desse modo, a conclusão é que o processo licitatório deve perseguir e preservar o tratamento isonômico, possibilitando que todos os participantes tenham condições iguais para competir no certame.

Verifica-se nos Lances da Recorrida (CNPJ 05.583.680/0001-37) foram robotizados, sendo realizado em questões de milésimos e relação ao lance anterior

R\$ 436,9500 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:04:867
R\$ 420,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:16:46:530
R\$ 398,9500 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:47:040
R\$ 390,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:16:58:387
R\$ 370,4600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:59:010
R\$ 369,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:17:41:813
R\$ 350,5100 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:17:44:223
R\$ 349,0000 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:19:04:883
R\$ 331,5100 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:19:05:403
R\$ 330,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:19:55:020
R\$ 313,4600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:19:56:487
R\$ 330,0000 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:22:46:970
R\$ 312,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:23:23:697
R\$ 296,3600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:23:25:157

A utilização de softwares, conhecidos como robô, que inserem propostas e seus lances automaticamente, o fará em fração de segundos, superando a agilidade humana e potencializando as chances de tornar-se vencedor com seu melhor preço fere sem sombras de dúvidas ao princípio da igualdade.

O uso do "Robô" coloca em extrema desvantagem os licitantes que não disponham desta ferramenta, neste sentido, o TCU em Acórdão 2601/2011:

O uso de programas "robô" por parte de licitante viola o princípio da isonomia. Mediante monitoramento, o Tribunal tratou do acompanhamento do Acórdão nº 1647/2010, do Plenário, que versou sobre a utilização de dispositivos de envio automático de lances (robôs) em pregões eletrônicos conduzidos por meio do portal Comprasnet, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No Acórdão monitorado, o Tribunal concluiu que, em pregões eletrônicos conduzidos via portal Comprasnet: "a) é possível aos usuários de dispositivos de envio automático de lances (robôs) a remessa de lances em frações de segundo após o lance anterior, o que ocorre durante todo o período de iminência do pregão; b) com a possibilidade de cobrir lances em frações de segundo, o usuário do robô pode ficar à frente do certame na maior parte do tempo, logrando assim probabilidade maior (e real) de ser o licitante com o lance vencedor no momento do encerramento do pregão, que é aleatório; c) ciente dessa probabilidade, que pode chegar a ser maior que 70%, o licitante usuário do robô pode simplesmente cobrir os lances dos concorrentes por alguns reais ou apenas centavos, não representando, portanto, vantagem de cunho econômico para a Administração". Para o relator, os fatos configurariam a inobservância do princípio constitucional da isonomia, visto que "a utilização de software de lançamento automático de lances (robô) confere vantagem competitiva aos fornecedores que detêm a tecnologia em questão sobre os demais licitantes", sendo que as medidas até então adotadas pela SLTI/MPOG teriam sido insuficientes para impedir o uso de tal ferramenta de envio automático de lances. Além disso, como as novas providências para identificar alternativa mais adequada para conferir isonomia entre os usuários dos robôs e os demais demandariam tempo, e a questão exigiria celeridade, entendeu o relator que MPOG poderia definir provisoriamente, por instrução complementar e mediante regras adicionais para a inibição ou limitação do uso dos robôs, de maneira a garantir a isonomia entre todos os licitantes, nos termos do art. 31 do Decreto nº 5.450/2005, razão pela qual apresentou voto nesse sentido, bem como por que o Tribunal assinasse o prazo de 60 dias para que a SLTI implementasse mecanismos inibidores do uso de dispositivos de envio automático de lances em pregões eletrônicos conduzidos via portal Comprasnet, no que foi acompanhado pelo Plenário. Acórdão n.º 2601/2011-Plenário, TC-014.474/2011-5, rel. Min. Valmir Campelo, 28.09.2011.

Com assento constitucional e na Lei de Licitações Públicas, o princípio da isonomia constitui valor estruturante do procedimento licitatório. A bem da verdade, a igualdade afigura-se como elemento de existência da licitação. Vale dizer, não há que se falar em licitação sem falar em isonomia deferida pela Administração aos licitantes.

Nesse diapasão, o professor Lucas Rocha Furtado, ao estudar o princípio da isonomia, então compreendido pelo princípio da impessoalidade, ensina que:

[...] A partir dessa perspectiva, o princípio da impessoalidade requer que a lei e a Administração Pública confirmem aos licitantes tratamentos isonômicos, vale dizer, não discriminatório. Todos são iguais perante a lei e o Estado. Este é o preceito que se extrai da impessoalidade quando examinado sob a ótica da isonomia. A isonomia, ou o dever que a Constituição impõe à Administração Pública de conferir tratamento não diferenciado entre os particulares, é que justifica a adoção de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos ou a licitação para a contratação de obras, serviços, fornecimentos ou alienações. Esta é a razão pela qual a própria Lei nº 8.666/93 indica a isonomia como uma das finalidades da licitação.” (Curso de Licitações e Contratos Administrativos, p. 37).

----XXX----

4. DA OMISSÃO DOS DADOS DA MARCA, MODELO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

De acordo com o item 12 do Edital, é necessária a apresentação da proposta, devida conter Especificações técnicas, marcas e modelo , vejamos:

“12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2(duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme ANEXO II – MODELO deste Edital, obedecidas as disposições do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

12.1.2 Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

a) Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail;

b) Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;”

No entanto, a Proposta Comercial apresentada pela Recorrida NÃO É MENCIONADO MARCA, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MODELO, em outras palavras, não atende a exigência editalícia e bate de frente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Nada garante que a solução ofertada atende as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, sem a devida apresentação de declaração de Marca e Modelo na Proposta.

Vale Ressaltar o Item 12.5.1:

“12.5.1 Serão desclassificadas ainda as propostas que:

a) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.

b) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente edital.

5. DO PEDIDO

Diante do exposto, o presente recurso requerer que seja conhecido e provido o presente recurso em seu todo, decretando a nulidade da habilitação da empresa IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA;

Nestes Termos,
Pede Deferimentos

São Paulo, 09 de Fevereiro de 2024

BIG COMPANY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
JÉSSICA RAMOS SALES DE MELLO
327.535.228-80

Voltar

Fechar